



DITADURAS DO CONE SUL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE RESISTÊNCIA A PARTIR DO ARAGUAIA

**Rafaela Mano
Elisario**

Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e possui experiência em pesquisas sobre Ditadura Militar no Brasil e os movimentos de resistência e experiência em pesquisas historiográficas sobre História Regional com ênfase em História de Petrópolis.

Resumo: As ditaduras dos países do chamado Cone Sul representaram um período de autoritarismo institucional com restrição das liberdades democráticas e aplicação sistêmica de práticas de tortura na América Latina. Cada país que atravessou o enfrentamento aos regimes ditatoriais produziu suas próprias estratégias e ferramentas na busca pelo restabelecimento democrático. Neste sentido, analisaremos uma das experiências fabricadas em solo brasileiro e que compõe o conjunto de movimentos contrários as ditaduras do Cone Sul. A resistência, em suas mais diversas formas, nasce como elemento fundamental na oposição à Ditadura Civil- Militar Brasileira. Os movimentos, organizações e partidos de esquerda, na perspectiva da luta pelo retorno da democracia no país, trouxeram à tona os debates teóricos e, por conseguinte práticos, a serem utilizados como caminho para superação do regime militar e construção de um governo popular e soberano. Neste contexto, a luta armada surgiu como uma das alternativas de resistência ao estado de exceção estabelecido a partir de 1964 no país e o Partido Comunista do Brasil, através das suas opções teóricas e alinhamento político, atuou a partir da Guerrilha do Araguaia no enfrentamento armado frente ao período de interrupção do ciclo democrático no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura; Luta armada; América Latina; Democracia.

Abstract: The dictatorships in the countries of the so-called Southern Cone represented a period of institutional authoritarianism, democratic freedoms restricted and systemic application of practices of torture in Latin America. Each country that crossed the confronting dictatorial regimes produced their own strategies and tools in these arch for Democratic restoration. In this sense, we will examine one of the experiences made in Brazil and that makes up the set of movements against dictatorships in the Southern Cone. The resistance, in its various forms, is born as a fundamental element in the opposition to the Brazilian Civil Military Dictatorship. The movements, organizations and left-wing parties, in view of the fight for there turn of democracy in the country, brought to the fore the theoretical discussions and practical, to be used as a way too vercome the military regime and building a popular and sovereign Government. In this context, the armed struggle has emerged as one of the alternatives of resistance to the State of exception established from 1964 in the country and the Communist Party of Brazil, through their theoretical and political alignment options, served from the Araguaia guerrilla in the armed conflict during the period of interruption of democratic Brazil cycle.

Keywords: Dictatorship; Armedstruggle; LatinAmerica; Democracy.



1. Introdução

Atualmente parte da América Latina atravessa um momento de rearranjo político, onde os ciclos tidos como “progressistas” esgotaram-se, inaugurando um período de modificações na política econômica e social de países importante como, por exemplo, Argentina e Brasil. No caso brasileiro, esse novo período veio acompanhado por uma forte presença de militares no aparelho governamental e um discurso crescente feito por algumas camadas da sociedade em defesa dos governos da ditadura, sob a justificativa da existência de pontos positivos durante aquele período. Desta forma, as questões levantadas neste artigo demonstram a necessidade de manter em permanente debate crítico, dentro e fora da academia, o regime ditatorial vivido no Brasil a partir de Abril de 1964.

As insuficientes versões oficiais dadas pelo Estado Brasileiro sobre o período ditatorial caracterizam-se, entre outros, como um dos principais fatores que tentam, sem versões contundentes, virar uma página da história que ainda não foi contada. Esse “apagamento” de informações é ainda maior quando se refere aos setores civis e empresariais da nossa sociedade que, de alguma forma, financiaram o golpe de 1964. Os co-responsáveis pela interrupção de um ciclo democrático no Brasil e pelo respaldo a todo tipo de barbárie cometida pela Ditadura, jamais prestaram seus esclarecimentos a um povo que tem o direito de saber a sua história. Portanto, é de interesse e valor social a produção de trabalhos que contribuam na busca da memória, verdade e justiça em nosso país.

Durante as décadas de 1960 e 1970 a América latina viveu um processo de intensa efervescência política influenciadas por um cenário internacional que tinha como pano de fundo a Guerra Fria, gerando desdobramentos que ultrapassaram o eixo União Soviética- Estados Unidos.

A ordem mundial da segunda metade do século XX foi marcada pela bipolarização entre os interesses das duas potências que disputavam os rumos da política econômica do mundo. Essa lógica dual, simbolizada pelo Muro de Berlim que dividia o mundo entre a União Soviética que representava o bloco socialista e os Estados Unidos que representava o bloco capitalista, fundamentou a Guerra Fria numa tentativa de ambos os lados consolidarem sua hegemonia por todo território mundial. Entre outras abordagens mais profundas sobre a tensão entre os principais blocos políticos do período, Domenico Losurdo em seu livro *A Fuga da História* aponta:

É a chamada Guerra Fria, que abarca todo o planeta e se prolonga por décadas. No início dos anos 50, suas características foram assim explicadas pelo general norte-americano James Doolittle: ‘Não existem regras em tal jogo. Não têm mais validade as normas do comportamento humano até agora aceitáveis [...] Devemos aprender [...] aprender a subverter, sabotar e destruir nossos inimigos com métodos mais sofisticados e mais eficazes do que aqueles que usam contra nós. (LOSURDO, 2004, p.27)

Os métodos sofisticados correspondem à intensiva investida bélica desenvolvida por ambas as potências, inaugurando um novo ciclo na capacidade de ofensiva dos países que disputavam o controle mundial. No entanto, o desenvolvimento dessa poderosa tecnologia bélica por ambas as potências e

não mais apenas pelos Estados Unidos gerou grande possibilidade de eclodir uma guerra nuclear. Diante desse panorama o cenário da Guerra Fria acabou consolidando-se através de confrontos em áreas específicas, onde os dois blocos apoiavam e financiavam com armamentos tradicionais os países que fossem seus aliados ou estivessem sob sua área de influência e dominação. Os conflitos localizados mais expressivos do período embrionados pela Guerra Fria foram a Guerra da Coreia; A Guerra da Indochina e a Guerra do Vietnã. Marcas desse período perpetuam-se até hoje no seio das populações e da história local desses países.

A Guerra Fria atingiu os países latino-americanos fomentando tensão nas relações entre eles e a potência dominante de seu próprio bloco que, por sua vez, queria ampliar sua zona de influência na perspectiva de consolidar seu projeto político e socioeconômico. A América Latina, entendida dentro da relação histórica de sua formação dependente à medida que era explorada e colocada inicialmente numa posição de fornecedora de riquezas e matérias-primas para os grandes centros de dominação mundial, assumiu um papel importante ao longo do século XX, no que diz respeito às suas experiências contra hegemônicas frente ao imperialismo norte-americano.

O pano de fundo de todas as articulações e aspirações políticas exercidas no continente Americano a partir de então estavam diretamente relacionadas com a narrativa da Guerra Fria. A necessidade de frear a expansão ideológica do comunismo sobre os países latino-americanos geraram uma espécie de “estado de alerta” por parte dos EUA frente aos governos eleitos na América Central e do Sul, causando desconfiança de qualquer posição governamental desses países que se mostrasse em algum direcionamento divergente da política exterior dos Estados Unidos.

Neste sentido, desenvolveu-se a intensiva e estratégica propaganda anticomunista, utilizando-se massivamente dos meios de comunicação, a fim de formar uma opinião pública contrária ao movimento comunista.

Na conjuntura das décadas de 50 e, posteriormente, Cuba tornou-se um perigo iminente para os interesses da política externa dos EUA, seja pelo estreitamento de suas relações com a União Soviética, seja pela inspiração revolucionária que a pequena ilha causou em diversos países da América Latina.

Neste sentido, diante do perigo expresso pelo governo de Castro e do acirramento das lutas ideológicas que permearam todo o período temporal abordado até aqui, as relações de poder dentro do continente americano desenharam-se a partir da atuação intervencionista do governo norte-americano. Mecanismos formais e burocráticos de controle político e econômico foram instaurados sob os demais países da região como, a Doutrina Monroe, Destino Manifesto e a Emenda Platt.

Os governos que traçavam alternativas político-econômicas que, de alguma forma, se contrapusessem aos interesses estadunidenses, se constituíram em alvos de intervenção. A situação

latino-americana de subdesenvolvimento e fragilidade democrática levou o governo dos EUA, preocupado com novos movimentos revolucionários no continente, a articular e participar ativamente do processo que costurou os golpes civis-militares nos países do Cone Sul, instaurando Ditaduras nos países em questão.

Assim, foram orquestrados golpes militares sustentados pelo governo imperialista norte-americano no Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil, derrubando governos eleitos democraticamente e implementando Ditaduras que foram responsáveis por práticas de terrorismo de Estado e violação dos Direitos Humanos.

2. Brasil: antecedentes ao golpe de 1964

O Brasil era um dos países mais importantes da América Latina aos olhos do imperialismo estadunidense. Assim como outras nações latino-americanas, também passou pelo processo de colonização, usurpação de suas riquezas e matérias-primas para alimentar a acumulação de capital dos países centrais do capitalismo.

Desde a derrubada da ditadura do Estado Novo em 1945 até o golpe de 1964, o Brasil gozou de certa democracia, se entendermos aqui o termo democracia dentro da perspectiva do materialismo histórico em que, só é possível a conquista plena democrática a partir do processo da luta de classes que promova a superação das classes hegemonicamente dominantes. Neste curto período democrático, em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, seu vice-presidente João Goulart, chegou ao mais alto cargo político do Brasil. João Goulart assumiu sob o regime parlamentarista e, após um plebiscito em janeiro de 1963 que consolidou a volta do presidencialismo, passou a governar efetivamente o país.

Na esfera econômica a inflação no governo de Jango era crescente e o PIB nacional estava congelado, desagradando diversas camadas que disputavam os rumos do governo que, por sua vez, tinha a difícil tarefa de conciliação entre setores distintos da sociedade. Os caminhos para a solução dos problemas enfrentados pelo governo tinham rumos antagônicos, à medida que eram encabeçadas por grupos que possuíam interesses diferentes, tornando a situação de conciliação mais complicada.

Neste contexto político surge o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado no final de 1962. Composto por dois elementos centrais, o primeiro consistia em medidas de combate ao aumento inflacionário e o segundo, nas polêmicas Reformas de Base englobando reformas agrária, universitária, eleitoral, tributária, da legislação em relação ao capital estrangeiro, bancária e urbana.

O Plano Trienal por se tratar de um plano com um caráter de "salvação nacional" direcionava um pedido de "aperto dos cintos" sob a justificativa de ser necessário para a obtenção de benefícios em

longo prazo para o país, o que afetaria basicamente a classe trabalhadora. No mês de fevereiro o CGT produziu um manifesto que caracterizava como "reacionário" o plano proposto pelo governo Goulart. A oposição em torno dessa medida do Plano Trienal cresceu através da articulação de organizações como a CGT, FPN, PUA, UNE e o também o grupo "nacionalista" do PTB.

Durante esses desdobramentos referentes ao primeiro eixo central do Plano Trienal, Jango vinha colocando de forma mais efetiva as bandeiras das Reformas de Base. Assim, em certa medida, as demandas das classes populares estavam sendo levantadas preocupando os setores empresariais brasileiros, aliados aos grandes empresários internacionais formadores do bloco multinacional e associado. É pertinente a colocação de René Dreifuss sobre o bloco multinacional e associado:

A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma intelligentsia política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Como foi visto anteriormente, a partir de meados da década de cinquenta os interesses multinacionais e associados se cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta. (DREIFUSS, 2006. p. 73)

Este período pré- 64 no Brasil foi marcado por um intenso debate ideológico em torno da direção em que devia seguir o país. Neste sentido a luta ideológica no pré-64 deve ser compreendida não como uma imposição unilateral de interesses e sim como o local onde os discursos e as práticas dos diversos grupos sociais se relacionavam em busca da hegemonia. Cabe-nos ressaltar aqui a atuação do complexo IPES/IBAD que tinha como finalidade combater o governo do Jango e denunciar as forças sociais que, mesmo moderadamente, apoiavam sua administração.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais- IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-IBAD, possuíam uma elite orgânica de diferentes vertentes ideológicas.

No entanto, três posições unificavam a atuação dessa elite dentro do complexo IPES/IBAD, sendo elas: o posicionamento anticomunista, as relações econômicas multinacionais e associadas e o objetivo de readequar o Estado. O complexo IPES/IBAD, apresentando-se como "agregações apartidárias com objetivos essencialmente educacionais e cívicos", buscavam mascarar a ação permanente de viés político ideológico e militar por eles coordenadas.

Por isso, à medida que o governo de Goulart sinalizava uma envergadura de cunho minimamente progressista, intensificou-se sobre ele a acusação, por parte dos setores conservadores nacionais/ internacionais, de se alinhar próximo aos ideais comunistas. A desestabilização do governo colaborou para uma investida na propaganda antigoverno por parte das elites brasileiras em consonância com forças norte-americanas. Assim, todo o governo de João Goulart viveu sob um

tensionamento que fragilizava sua governabilidade, colocando em perigo a continuação do seu mandato constitucional.

Especificamente entre os anos de 1962-1964 inaugurou-se a construção inicialmente disfarçada, no entanto, conjuntural de um golpe de estado buscando destituir o bloco populista então no poder. Esse momento de articulação que precede o golpe de 1964 é chamado por René Armand Dreifuss, em seu livro *A conquista do Estado*, de "período de ação de classe organizada".

Neste sentido, existia a construção de um arranjo político pragmático e também ideológico que consistia na defesa de interesses internos como externos, através de um projeto de direcionamento específico de condução do Estado brasileiro que possuía como característica básica: a maior abertura ao capital estrangeiro entrelaçado com o desmantelamento da soberania nacional.

Para obter respaldo de amplas camadas médias da sociedade, utilizando as táticas de ação ideológica e social e doutrinação geral, a elite orgânica brasileira agiu centralmente através do complexo IPES/IBAD e dos demais aparelhos político ideológicos, na intensiva campanha anticomunista no país. Complementando esse panorama, é pertinente colocar a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) que estreitou relações entre civis e militares, formou os principais quadros para ocupar as funções do regime militar e elaborou a ideologia hegemônica do regime a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa movimentação foi caracterizada por Dreifuss como "bloco histórico de poder" e corroborava com a tentativa de fragilização do governo vigente criando a narrativa de um caos nacional, de uma anarquia generalizada por parte das massas populares, da perda da moral e da ordem.

Este discurso ganhou força e adesão de vários setores da sociedade, desembocando no apoio a instauração do golpe civil-militar no Brasil em 1 de Abril de 1964. O objetivo proposto pelo golpe era muito claro: tratava-se de garantir interesses bem definidos dentro da política econômica do país e fora dele. As classes dominantes, com o auxílio dos aparelhos de repressão do Estado, consolidaram o projeto de desenvolvimento dependente associado ao capital internacional que vinha sendo ameaçado pela conjuntura de conflitos entre capital e trabalho. Esta tese é colocada na análise de Dreifuss, do caráter de classe do Golpe de 1964 e dos governos da Ditadura.

3. O caminho da luta armada

O acontecimento do golpe no Brasil surpreendeu os setores contrários à Ditadura civil- militar naquele período. Devido a uma desorganização, em geral, a esquerda do país ficou praticamente impossibilitada de oferecer uma reação imediata ao golpe. Com essa afirmação, não temos a pretensão de julgar a eficiência dos setores da esquerda naquele período, apenas, analisar, através dos métodos

próprios da História, a articulação concreta que a esquerda protagonizou para responder rapidamente ao golpe de estado.

As formulações sobre qual caminho seguir para concretizar as transformações revolucionárias no Brasil que, já vinham sendo discutidas, aumentaram excessivamente após o episódio do golpe militar. Desse processo de profunda discussão sobre a necessidade de buscar uma reação, surgiram outras organizações que pregavam a superação da Ditadura. Essas organizações tinham como ponto central o combate ao governo ditatorial, mas, novamente, divergiam na maneira de alcançar esse objetivo. As discussões se deram, em primeiro plano, em torno dos que continuavam defendendo a via pacífica e dos que sustentavam a questão da luta armada. Sendo que, entre estes últimos, também existia uma divergência de opinião centrada na escolha entre a guerrilha urbana ou rural.

É relevante colocar como se apresentou a conjuntura política do país durante essas formulações da esquerda no pós-64. O governo militar deixou claro que não se intimidaria em exercer seus poderes arbitrários tutelados por um regime ditatorial. O autoritarismo se acentuou através das perseguições políticas e do terrorismo de estado, praticamente, institucionalizado. O estreitamento do regime ditatorial e a forte repressão levaram a uma radicalização da maioria da esquerda brasileira que enveredou para o caminho armado. Organizações como a ANL, MOLIPO, VAR-Palmares, entre outras, aderiram à resistência armada, concentrando suas ações no meio urbano.

Divergindo da maioria das esquerdas radicais do período que atuaram concretamente através da luta armada nas cidades, o PC do Brasil defendia a luta armada no campo como a alternativa correta para combater a Ditadura civil- militar. Assim, organizou no sul do estado do Pará a Guerrilha do Araguaia, a partir do ano de 1968 quando o partido já enviava seus primeiros militantes para o contato com a região.

Inicialmente cabe-nos resgatar, brevemente, o surgimento da expressão “guerrilha” no universo da esquerda. Para isso, é pertinente a seguinte contribuição de Eric Hobsbawm:

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos e ideologias arcaicas facilmente confundidas pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo uma ação contrarrevolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiram-se sempre contra, e jamais a favor da França e da causa de sua Revolução. A própria palavra “guerrilha” não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. (HOBBSAWM, 2008. p.84)

Portanto, a utilização e a própria expressão “guerrilha” ganhou força na América Latina a partir da experiência da vitoriosa Revolução Cubana e também das recém chegadas, ideias vindas da China com as futuras teorias feitas por Mao Tsé-Tung. Apesar de essas duas experiências proporem no final a guerrilha armada no campo, elas divergiam no que diz respeito ao processo da implementação da guerrilha e, portanto, tinham essências diferentes. Estas duas perspectivas de ação de guerrilha

ficaram conhecidas como Castro-Guevarismo, através do “foco guerrilheiro revolucionário” (Foquismo), e o Maoísmo, através da “guerra popular prolongada”.

A teoria Foquista baseava-se principalmente nos textos de Che-Guevara e Régis Debray e era inspirada na experiência da Revolução Cubana exitosa em 1º de janeiro de 1959. A teoria do foco guerrilheiro colocava em primeiro plano a importância da organização militar para dar início à guerrilha. A existência de um partido de revolucionários não era imprescindível para dar o pontapé inicial ao processo revolucionário. O caráter da revolução, assim como, a construção do partido de vanguarda não eram fatores determinantes para iniciar os focos guerrilheiros.

A teoria Maoísta ou a chamada "guerra popular prolongada", baseava-se principalmente nas contribuições feitas por Mao Tsé-Tung e inspirava-se na experiência chinesa. Diferentemente da análise feita pela teoria Foquista, a interpretação Maoísta considerava de suma importância à participação do partido de vanguarda como base da construção do processo revolucionário. Assim como demonstra Mao Tsé na seguinte passagem: "Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: o poder político nasce do fuzil. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido" (TSÉ-TUN, 1981. p.483)

É necessário colocar que naquele momento o PC do Brasil achava necessário somar esforços para enfrentar no campo ideológico o novo ciclo de conciliação de classes propostos pela União Soviética e que poderia, nas análises de alguns PCs, acabar destruindo o movimento comunista no mundo inteiro. Portanto, o alinhamento com o Partido Comunista da China, que também era contrário ao momento político do PC da Rússia inaugurado em seu XX Congresso, era considerado fator estratégico para a continuidade da perspectiva revolucionária em escala mundial.

É assim, a influência das ideias Maoístas na construção da ação armada do Partido Comunista do Brasil precisa ser entendida dentro de um contexto mais profundo do que apenas a escolha entre teoria A ou B. As condições históricas determinadas naquele período e a trajetória que o PC do Brasil já vinha percorrendo, se opondo desde sempre a postura do PCUS e mantendo uma posição mais radical, são partes constituintes do processo de alinhamento político-teórico-ideológico¹ que serviram de base para implementação da Guerrilha do Araguaia²⁷.

4. A experiência brasileira de resistência: Araguaia

O estado do Pará, mais especificamente a região sul, foi escolhido como o local apropriado para o início da resistência armada contra a ditadura. Essa região, assim como, a maioria dos estados

²⁷O PCdoB adotou a linha Maoísta como sustentação teórica para a construção da Guerrilha do Araguaia. Essa opção pode ser analisada no documento oficial do Partido Comunista do Brasil chamado "Guerra popular, o caminho da luta armada no Brasil".

do norte/nordeste diferenciava-se do restante do país. Sobretudo, do eixo Centro/Sul que era composto pelos estados e cidades mais desenvolvidas.

O processo de desenvolvimento do Brasil entrelaçado com o processo de consolidação do capitalismo no país favoreceu a priorização dos investimentos para a formação de grandes centros urbanos. Nesse contexto e somado à gigantesca extensão territorial do Brasil, o interior ficou praticamente esquecido e sujeitado a lógica coronelista que vigorava em grande parte dessas regiões. A grande concentração de terras nas mãos de poucos e o pouco ou quase nenhum acesso da população aos serviços básicos era um fator marcante no campo.

Antes da instauração da Ditadura civil- militar a região era marcada, basicamente, pela atividade extrativista vegetal principalmente da borracha e da castanha. A distribuição agrária desigual afetou historicamente essa área através dos graves conflitos pela posse de terras. A região do Araguaia era controlada pelas conhecidas "oligarquias dos castanhais" que, através do seu poder econômico, detinham também o poder político sobre a área e sobre a população que ali morava.

Apesar da inexistente preocupação com mudanças estruturais nessa região, na perspectiva de melhorias na vida da população local, a partir da construção da Transamazônica, intensificou-se a migração de famílias vindas do nordeste fugindo da seca e também se firmou, por parte do governo militar, o interesse naquela região para atender as demandas de grandes empresas agropecuárias e de extração mineral e vegetal. A partir daí, teve início uma política de desenvolvimento sustentada por incentivos governamentais, que visava atender aos interesses das grandes corporações. Assim, a ação do governo na região durante o período do regime militar, contribuiu para a acentuação das contradições sociais. Os conflitos entre terra, grande capital e trabalhador do campo, regeram toda a história da região Sul do Pará, sobretudo durante a sua inserção na ordem econômica mundial.

No processo de estudo da região para a implementação da guerrilha, esse cenário foi visto como propício para a movimentação armada. A região esquecida pelo governo, completamente afastada da efervescência política que pairava nos grandes centros urbanos e cercada por uma gigantesca floresta, mas que continha elementos necessários para a sobrevivência, era o local com características que possibilitavam o início do movimento de guerra de guerrilhas. (ROMUALDO, 1997)

O processo inicial de preparação da Guerrilha do Araguaia começou quando alguns dirigentes do PCdoB foram enviados à região com o objetivo de analisar as características daquele local e da vida de sua população para avaliar se aquela área oferecia as condições básicas para a iniciação dos primeiros núcleos guerrilheiros dentro da perspectiva de "guerra popular prolongada" defendida pelo Partido. Após a análise da área e a confirmação positiva da existência de condições concretas para o início do movimento armado, a região conhecida como Bico do Papagaio entre os anos de 1967 e 1970

começou a receber os primeiros militantes do partido que passariam a ser naquele primeiro momento, novos moradores daquela região.

Ao longo de toda a extensão da região do Araguaia, na fase inicial de preparação da guerrilha, estiveram presentes elementos destacados pelo Partido e algumas áreas foram delimitadas para receber os militantes que começariam o trabalho revolucionário. De acordo com Romualdo Campos Filho, dentro dessas áreas três regiões constituíram a formação das bases militares da guerrilha: Faveira, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés; Gameleira, próxima ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos cinquenta quilômetros acima de São Geraldo, alcançando uma parte da Serra das Andorinhas e Caianos, abaixo de São Geraldo na direção de Conceição do Araguaia. Daí em diante, o número de militantes que chegavam à região do Araguaia crescia, contabilizando um total de 69 guerrilheiros no ano de 1972.

Assim, foi colocado em prática o primeiro objetivo do movimento que era se adaptar e se estabelecer na região, ganhando adesão das massas camponesas e consolidando uma relação mútua de confiança. Importante colocar que não havia uma data estabelecida para a deflagração da guerra popular prolongada. O momento certo para o desencadeamento da guerrilha estava ligado à execução de algumas etapas preparatórias, consideradas de extrema importância para o núcleo dirigente da guerrilha como: localização; estruturação de outras bases; conhecimento da região povoada, das matas e da floresta; ligação com as massas; treinamento militar; armamentos. Todas essas etapas nortearam a atuação dos guerrilheiros no Araguaia. Umas foram colocadas em prática com maior eficiência, como é o caso da ligação estreita com os camponeses, e outras com menor eficiência, como é o caso dos armamentos.

A essa altura o núcleo dirigente havia conseguido expandir o mapeamento da região e também a atuação dos destacamentos guerrilheiros. Tendo como base a pesquisa feita pelo historiador Romualdo Campos Filho, as regiões de influência do movimento haviam atingido às seguintes áreas: São Domingos das Latas até o rio Caiano (pouco mais de 20 km de São Geraldo). Em extensão, essa área tinha cerca de 130 km de comprimento por uns 50 km de fundo. Um total de cerca de 6.500 km². A população da área onde atuavam os destacamentos era de mais ou menos 20 mil pessoas, sem incluir as zonas próximas, como Marabá, São João, Araguatins, Xambioá.

As fases estabelecidas como preparatórias para a deflagração da guerrilha nortearam a ação dos combatentes do Araguaia. No entanto, nem todas elas eram executadas sem erros ou sem deixar algumas fissuras graves que, em tempos mais recentes, foram abordadas no documento público²⁸ elaborado pelo Partido Comunista do Brasil.

²⁸O documento chamado “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária (1983)”, faz uma análise sobre os erros e acertos cometidos no processo de resistência armada à ditadura no Araguaia.

Enquanto todos os movimentos contrários ao regime de repressão eram completamente aniquilados nas cidades, o PCdoB manteve-se no interior organizando em diferentes fases o movimento armado de oposição a Ditadura. Até, especificamente o dia 12 de Abril de 1972, essa era a atuação dos militantes na área do Araguaia. No entanto, nesse dia e após quase seis anos em que os primeiros comunistas chegaram à região, as Forças Armadas atacaram o local dando início à resistência guerrilheira. Desse dia em diante, a Guerrilha do Araguaia seria alvo de três campanhas de aniquilamento. (ROMUALDO, 1997)

A atuação das forças repressivas foi articulada através de três campanhas militares na área. Importante colocar que, sem a possibilidade de acesso a dados oficiais, é muito difícil saber com precisão a quantidade de soldados e armas envolvidos nas campanhas. As instituições militares brasileiras negam-se a fornecer informações sobre as operações no Araguaia, impedindo uma pesquisa mais precisa.

Com o ataque da primeira campanha militar é que os guerrilheiros que se situavam no Araguaia começaram a resistência armada efetivamente. A partir daí, as rotinas das cidades compreendidas entre a área do Bico do Papagaio (já citado) mudaram radicalmente. O número de soldados chegava quase à metade do número da população local, os camponeses não sabiam o motivo da presença do exército na região. Na primeira campanha, os militares se estabeleceram inicialmente em Marabá, Xambioá e São Geraldo. Essa primeira investida militar contra a guerrilha é marcada por uma atuação inexperiente das tropas militares, tanto em relação ao próprio conflito armado, quanto em relação ao trato com a população local. Várias plantações foram queimadas, casas invadidas e destruídas. Essa conduta somada ao que os militares falavam sobre os militantes procurados que, até então eram pessoas conhecidas pela bondade e bom relacionamento na região, causaram imediatamente uma antipatia entre a população local e a atuação do exército. A primeira campanha marca uma cruel atuação contra os camponeses que eram suspeitos de ajudar os opositores a Ditadura. (ROMUALDO, 1997)

Ao perceber a movimentação das tropas militares, os guerrilheiros sabiam que poderiam sofrer um ataque a qualquer momento. A ação dos guerrilheiros foi de deslocarem-se para a mata e se estabelecerem nos refúgios construídos ao longo dos anos. A tática utilizada era de recuar em direção à mata, evitando o enfrentando imediato com as tropas militares; manter o possível contato com a população, questão central para a sobrevivência dentro da mata e realizar ações de emboscada contra o inimigo.

Durante a primeira campanha de destruição da guerrilha que compreendeu o período de Abril de 1972 até junho do mesmo ano quando as Forças Armadas se retiraram da região, aconteceram algumas mortes para ambos os lados. A primeira campanha contra a Guerrilha do Araguaia demonstrou pouca eficiência das tropas militares que haviam mobilizado um enorme contingente, mas

não conseguiram chegar nem perto de atingir o objetivo final que era acabar com o movimento de resistência contra a Ditadura.

No intervalo entre a primeira e a segunda campanha os guerrilheiros aproveitaram para fortificar o contato com os camponeses. A necessidade de não perder o contato com a população era crucial para resistir aos novos ataques por dois motivos principais. O primeiro era por conta do abastecimento, era preciso conseguir alimentos para bastante tempo. O segundo estava na questão da necessidade de informar a população sobre o que estava acontecendo e iniciar um trabalho político de conscientização que explicitasse as razões da Guerrilha. Por isso, criou-se em conjunto com a população o documento União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), contendo 27 pontos de reivindicações do povo local.

Em setembro de 1972 teve início a segunda campanha contra a guerrilha. Dessa vez, além da presença ainda em maioria do exército, as forças da marinha e da aeronáutica também foram mobilizadas para a área. A segunda campanha possuiu uma tática nova em relação à primeira, sobretudo, acerca do alcance do apoio da população local. Seguindo a tática de conquistar a empatia da população local, os militares passaram a desenvolver na região a chamada Operação Aciso (Ação cívico social), ainda hoje muito utilizada pelas Forças Armadas, buscando atender as necessidades básicas daquela região.

Na segunda campanha os guerrilheiros estavam mais confiantes de seu domínio sob a mata e adotaram medidas mais ousadas através de emboscadas e fustigamentos mais perigosos. Naquele momento, segundo Romualdo Campos Filho, ainda era perceptível a superioridade no preparo dos guerrilheiros frente aos soldados que adentravam as florestas do Araguaia.

As forças armadas se retiraram da área para preparar uma contra-ofensiva que criasse as condições reais de aniquilar totalmente a Guerrilha do Araguaia. A Ditadura, através do exército e demais aparatos de repressão, sabia que o retorno à região era para exterminar de uma vez por todas a única resistência organizada que ainda sobrevivia aos anos de chumbo. A partir do final de outubro de 1972 até o mesmo mês do ano de 1973, estabeleceu-se um ano de trégua no Araguaia.

A partir da lógica de cerco e aniquilamento, em outubro de 1973 sob o comando geral do Major Sebastião de Moura Curió, as Forças Armadas davam início à última campanha contra a resistência no Araguaia. A ação da repressão era completamente diferente das suas primeiras campanhas. A ofensiva contra os guerrilheiros iniciou-se a partir da limpeza geral de toda área onde havia suspeita da existência das bases de resistência. Todos os moradores foram retirados dessas áreas mapeadas e todas as plantações queimadas, com o objetivo de isolar os guerrilheiros e impedi-los de abastecer seus pontos de apoio. A incursão efetiva mata adentro (pouco utilizada nas primeiras campanhas)

estabeleceu acampamentos militares dentro das florestas, utilizando a ajuda de helicópteros que sobrevoavam as matas.

O primeiro confronto da terceira campanha deu-se logo no mês de outubro. Adiante, todos os confrontos posteriores resultavam em perdas numericamente maiores para as forças guerrilheiras do que para as tropas militares. Depois disso a situação agravou-se e as baixas do contingente guerrilheiro só aumentaram. Nesse momento, a realidade dos que ainda resistia era precária.

O cenário que se configurou no Araguaia do meio para o final da terceira investida da repressão na área, era apenas o de caça desigual. O exército tinha uma orientação de não deixar nenhum sobrevivente. Os guerrilheiros que sobraram não confrontavam mais, apenas resistiam. (ROMUALDO, 1997)

Após a dizimação da guerrilha o comandante responsável pela terceira campanha, Major Curió, permaneceu no local para assegurar que a população local não alimentasse no dia-dia da região assuntos sobre o que tinham visto durante esses anos de conflito. Essa questão é importante de ser colocada, pois faz parte do início do processo de esquecimento da memória histórica do que foi a Ditadura civil-militar Militar no Brasil. Concomitantemente, as ordens eram para que nenhum vestígio da ação brutal realizada pelo exército ficasse naquela região. Para isso, após o término da guerrilha foi montada a ação que ficou conhecida como Operação-Limpeza:

No final dessa terceira fase, final mesmo, últimos dias, última semana – decidiram as autoridades que deveria ser feita uma limpeza da área, porque temiam, essas autoridades, que, após a saída dos militares do Sul do Pará, a imprensa, os jornalistas, descobririam os corpos desses guerrilheiros. E essa operação-limpeza consistiu no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os pontos. Um helicóptero ia a esse ponto, agentes desenterravam os restos, esses restos eram colocados em sacos plásticos, embarcados no helicóptero e levados para a Serra das Andorinhas. (FILHO, 1997, p.132)

Apenas no período de redemocratização do país é que os quadros partidários sobreviventes aos anos da Ditadura, puderam novamente encontrar-se em instâncias de deliberação e análises do Partido. Assim, em 1983 o PCdoB produziu o documento intitulado como “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária” em que elabora uma análise crítica sobre a experiência da Guerrilha desenvolvida no Araguaia.

Adiante, faz uma análise do Documento “Guerra popular prolongada - o caminho para a luta armada no Brasil”, em que apresenta os acertos e equívocos contidos nesse documento formulado no período pré- Guerrilha e utilizado como elementar na preparação da luta armada. A metade do documento acerca da experiência armada organizada pelo Partido concentra-se em fazer uma breve retrospectiva da luta no Araguaia, onde se descreve em linhas gerais o processo de construção da guerrilha, passando pela fase de combate direto até a sua derrota. Chegando ao fim, o documento acerca da violência revolucionária faz uma análise das lições da Guerrilha do Araguaia. Essa parte

trata diretamente dos acertos e erros, na visão do Partido Comunista do Brasil, presentes no processo de luta armada.

O documento “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária 1983” abriu o ciclo, até então sigiloso, tanto por parte do Exército Brasileiro quanto por parte do próprio Partido que só havia tocado no assunto através do Relatório Arroyo, de discussão sobre a experiência armada no Araguaia. Este documento apresentou oficialmente a autocrítica partidária acerca de algumas fissuras graves cometidas no processo da luta armada e admitiu a necessidade de produzir uma análise ao povo brasileiro sobre o período de confronto.

5. Conclusão

A magnitude territorial e as riquezas naturais conferiram ao Brasil uma importância política significativa na América do Sul durante os embates políticos e ideológicos que o mundo estava inserido a partir do contexto da Guerra Fria. Percebemos que a disputa entre os dois projetos políticos e econômicos da época caracterizados entre Capitalismo x Socialismo, permeou de diferentes formas as realidades nacionais. A corrida pela manutenção da sua influência nos países periféricos da América Latina fez com que os EUA assumissem, através da sua política externa, uma postura intervencionista e imperialista, inclusive no Brasil.

A radicalização dessa postura assumida pelos Estados Unidos atingiu seu auge quando percebeu o surgimento do nacionalismo latino-americano que almejava apenas superar as dependências históricas de ordem econômica, social e cultural, existentes nos países colonizados. Assim, um a um esses governos foram derrubados com intervenção dos EUA atrelado as elites nacionais, configurando o que chamamos de “Ditaduras do Cone Sul”, onde o Brasil está inserido a partir do golpe de 1964.

A interrupção da via democrática no país e o recrudescimento da repressão fizeram com que crescessem os movimentos que se opuseram ao modelo autoritário vigente e também ao projeto econômico defendido pelo governo militar. Esses dois questionamentos somados a perspectiva de construção de um governo popular, fez eclodir diferentes formas de resistência frente à Ditadura civil-militar.

Assim como em outros países latinoamericanos como, Uruguai, Argentina e Cuba, a luta armada surgiu como alternativa diante do cenário repressivo no Brasil. Destacamos a experiência brasileira através da Guerrilha do Araguaia e seu processo de preparação, desenvolvimento e resistência. A relação estabelecida entre os guerrilheiros e as massas camponesas por um lado, gerou medo, e por outro, afetou o orgulho autoritário da repressão à medida que durante suas duas primeiras campanhas de aniquilamento não conseguiram desarticular o movimento armado.

Diferente de outros países da América do Sul que atravessaram ditaduras, mas conseguiram avançar na construção de uma memória coletiva de reparação, as políticas públicas no Brasil caminharam pouco nesse sentido, não consolidando um trabalho com a sociedade em relação a esse tema. Cabe-nos ressaltar a instauração da Comissão Nacional da Verdade criada através da Lei 1228/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 que produziu, ainda que tardiamente, um trabalho importante de investigação e apuração das graves violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o cerceamento das liberdades democráticas coletivas e individuais.

O regime de silêncio em relação à Ditadura civil- militar adotado pelo Exército Brasileiro e por setores da sociedade fortalecem o fenômeno de esquecimento e invisibilização da trajetória repressiva e do legado autoritário que uma ditadura de vinte e um anos foi capaz de fabricar, de suas mais diferentes formas, na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- ARROYO, A. *Relatório sobre a luta no Araguaia*. 1974. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 03/07/2019.
- BANDEIRA, M. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade Emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CONGILIO, C.; IKEDA, J. *A Ditadura Militar, expansão do capital e as lutassociais no sudeste paraense*. 2014. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25693/18327>> e acessado em 03/07/2019.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- ENGELS, F.; KARL, M. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FIGUEIRA, R. *Justiça do Lobo: Padres e posseiros do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FILHO, R. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- FLORES, P. F. *Escola Superior de Guerra, Civis e Militares (1961-1964): Apontamento de Pesquisa*. 2016. Disponível em <[http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478222741_ARQUIVO_ESCOLASUPERIORDEGUERRA,CIVISEMILITARES\(1961-1964\)APONTAMENTOSDEPESQUISA\[SUBMETIDO\].pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478222741_ARQUIVO_ESCOLASUPERIORDEGUERRA,CIVISEMILITARES(1961-1964)APONTAMENTOSDEPESQUISA[SUBMETIDO].pdf)> e acessado em 24/08/2019.
- FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. *Lutas que construíram o Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- GUEVARA, E. *A Guerra de Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Edições Futuro, 1961.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática Editora, 1998.
- LOSURDO, D. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos - O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

LEMOS, R. *Contrarrevolução e ditadura: elementos para uma periodização do processo político do brasileiro pós-1964*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/40/31>> e acessado em 29/06/2019.

MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa do Partido*. 1961. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária*. 1983. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular prolongada- o caminho para a luta armada no Brasil*. 1969. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. 1966. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REIS, N. F. I. *Memória Social e Guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

RIDENTI, M. *O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992*. 1994/1995. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1979/1613>> e acessado em 29/06/2019.

RUY, J. *Março de 1958: a certidão de nascimento do revisionismo*. 2010. Disponível em <http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=126368&id_secao=3> e acessado em 02/07/2019.

SECCO, L. *Caio Prado Júnior: O sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

TOLEDO, C. N. *1964: o Golpe contra as reformas e a democracia*. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882004000100002&script=sci_arttext&tln=pt> e acessado em 03/07/2019.

TSÉ-TUNG, M. *Escritos militares*. Goiânia: Libertação, 1981.